

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO SEGUNDO PERÍODO DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AREIA-PB, NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Aos (28) vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas, reuniram-se ordinariamente na Câmara Municipal de Areia-PB, os membros do Poder Legislativo local. Efetuada a chamada verificou-se a presença dos seguintes vereadores: Edvaldo Batista de Souza; Jorge Eduardo Alves da Silva; João Paulo de Souza Macêdo; Ivano Cassimiro dos Santos; Nelma Carneiro Cavalcante; Luiz Francisco dos Santos Neto; Francisco dos Santos Júnior; João Carlos Ribeiro Silva; Vanilda Honório da Silva; José Ronaldo Maximino de Souza e Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. Havendo quórum regimental o Sr. Presidente convidou o vereador Francisco dos Santos Júnior para compor a mesa diretora, como segundo secretário. Sequenciando a vereadora Vanilda Honório fez a leitura de um trecho bíblico (Salmo 1º) na abertura dos trabalhos, e em seguida o Sr. Presidente autorizou o primeiro secretário a fazer a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada por unanimidade. Dando sequência a sessão foi feita a leitura do Expediente do Dia. Requerimento nº 27/2017 de autoria do vereador Ivano Cassimiro dos Santos, solicitando reparo na estrutura da caixa d'água de Mata Limpa. Requerimento nº 08/2017 de autoria do vereador Jorge Eduardo Alves da Silva solicitando reforma da praça Tenente Juvenal Espínola, localizado na praça da Febema. Requerimento nº 25/2017 de autoria do vereador Luiz Francisco dos Santos Neto solicitando complemento de calçamento na rua Vereador Antônio Pessoa. Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 08/2017 altera os anexos da LDO para o

exercício de 2018 e adota outras providências. Parecer em discussão. Se pronunciou o Sr. Presidente disse ter observado que o parecer foi aprovado pela comissão com uma ressalva e questionou qual seria? O vereador José Ronaldo disse que em seu entender deveria ter uma emenda, para que a secretaria permaneça com a mesma quantidade de cargo que já existe, pois não é uma secretária que necessite de 49 cargos e em conversa na reunião disse que seu voto e o da vereadora Vanilda é contrário a forma que este projeto chegou nesta Casa. O vereador Luiz Francisco disse que o parecer em discussão é do projeto nº 08 da LDO e o vereador falou sobre o projeto nº 11/2017. O vereador José Ronaldo disse que este projeto da LDO pede um aumento de 60%. E em entendimento com os membros da comissão achou que 60% era um valor muito alto para um município de pequeno porte a exemplo da cidade de Guarabira que deve ter seus 35 a 40%. Afirmou que algumas cidades podem até ter, mas não podemos nos regar pelas outras. E por isto está ressalva, onde ficaria em 30%. O vereador Francisco dos Santos disse concordar em baixar para 30%. Informou ao vereador José Ronaldo que em Guarabira é de 30%. Disse que isso foi um orçamento democrático, onde carros de som saíram na rua convidando a população para se fazer presente, assim como foram convidados os vereadores para dar suas opiniões sobre o que seria executado em 2018. Disse achar essa margem uma coisa absurda, pois se é democrático, tirar 60% é mais da metade da verba. Disse achar isso uma manobra, pois não tem nada de democracia e se for assim na próxima vez mande 80%, 100% ou mais e não convide a população ou os vereadores para opinar ou falar algo a ser incluído na LDO no orçamento democrático para que seja executado no ano vindouro, pois deste jeito não é democracia, só é fixar um valor X e pronto. O vereador Luiz Francisco disse fazer parte de outra comissão e não concordou com esta medida. Informou ter votado na LOA da gestão 2013-2016 o qual foi aprovado por unanimidade e o prefeito

atual ainda está sendo regido por este orçamento que está em vigor até o final deste ano. Fez a leitura do artigo 6 que diz: fica o poder executivo autorizado abrir durante o exercício crédito suplementares até o limite de 80% do total das despesas fixadas no artigo 2 observada o disposto no artigo 43 da lei federal nº 4.320 de 17 de março de 1964. Disse que se o limite é alto, e é um absurdo já foi feito uma redução de 20% e se reduzir de 80 para 30% irá reduzir muita coisa. Disse ser isto uma lei orçamentária, onde está a demanda de requerimento e tudo que é solicitado, pois o gestor só faz se tiver no mínimo planejado. Disse ser uma estimativa, pois não é uma coisa certa. Informou que já que votou em 80% na outra permanece votando como o prefeito mandou. O Sr. Presidente disse que não podem tomar decisões pelo que já passou, pois estão em uma nova legislatura que a democracia começa do zero até 100. Parabenizou a atitude da comissão que pensou diferente. Afirmou que existem os projetos para que possam criar a autorização de abertura de crédito. Disse achar 30% suficiente. Porém cabe aos colegas aprovar ou não. O vereador José Ronaldo disse que o gestor poderá pedir abertura de créditos suplementares, inclusive já se encontra um nesta Casa. Afirmou que os índices de recursos, de verbas federais para os municípios estão caindo a cada mês, e por isso junto com a vereadora Vanilda pensaram desta forma. O vereador Francisco dos Santos disse ser favorável também aos 30%, disse ao vereador Luiz Francisco que concorda com a sua fala, mas não pode se basear em tudo que passou, pois, crer que teve coisas que o vereador votou na gestão passada que nessa gestão não irá votar, pois o ser humano muda de opinião. Disse que 80% como estava na legislatura passada é alto demais, já baixou, pois, o gestor pediu 60%, entretanto se tudo que o gestor pedir os vereadores forem fazer é brincadeira. Disse que podem até entrar em um consenso de 30 ir para 35%. Pois o prefeito pode mandar um projeto como este pedindo o remanejamento de uma secretaria para outra, por que não usou a verba que

estava nesta, e com certeza ele fazendo isto os vereadores iriam aprovar para que a verba não voltasse e fosse destinada a uma outra, pois não estão para atrapalhar a vida do prefeito. Disse ter procurado o jurista desta Casa, que disse que 30% seria uma forma justa, assim como procurou outras pessoas de outras cidades que compartilharam da mesma opinião. Disse não está tirando o crédito de confiança de João Francisco não! Assim como não está dizendo que ele é desonesto e nem será. Afirmou que no orçamento democrático esteve presente o Sr. Irisvaldo hoje secretário de agricultura que na oportunidade opinou e deu vários pitacos sobre projetos que possa ser executado e foram inscritos, o ex vereador Carlos Roberto fez anotações, e os vereadores João Carlos, Nelma Carneiro e sua pessoa pediram assim como a população. Disse que possa ser que esses pedidos não sejam feitos apenas por falta de verba, ou por que esteja curta, mas por que o gestor pode colocar em prioridade outras coisas, já que estão dando uma margem a ele. Da mesma forma quando chega um projeto nesta Casa seja ele para tirar ou dar direito, pois quem fica por ruim é quem aprovou, ou seja, os vereadores. O vereador Luiz Francisco disse que o que chegou agora foi uma abertura de crédito especial, que acontece justamente por que não a previsão para a aquisição dessas máquinas. Relatou que o dinheiro já se encontra na conta, já foi feito licitação, mas para pagar tem que está fixado na LOA, e a gestão ficará acoberta a comprar. Disse que o crédito suplementar é outra coisa. Afirmou respeitar a opinião de todos, mas já houve um decréscimo, e irão se adequando aos poucos. Em seguida como não houve mais quem quisesse discutir o Parecer foi posto em votação e rejeitado com a ressalva por maioria dos votos. Votaram Contra o Parecer os vereadores: Jorge Eduardo Alves da Silva; João Paulo de Souza Macêdo; Ivano Cassimiro dos Santos; Nelma Carneiro Cavalcante; Luiz Francisco dos Santos Neto e João Carlos Ribeiro Silva. Votaram Favorável ao Parecer os vereadores: Vanilda Honório da Silva; José Ronaldo Maximino de

Souza; Francisco dos Santos Júnior e Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 08/2017 altera os anexos da LDO para o exercício de 2018 e adota outras providências. Parecer em discussão, não houve quem quisesse discutir em votação, foi aprovado por unanimidade. Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 09/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos do município de Areia para o período de 2018 e dá outras providências. Parecer em discussão, não houve quem quisesse discutir, em votação, foi aprovado por unanimidade. Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 09/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos do município de Areia para o período de 2018 e dá outras providências. Parecer em discussão, não houve quem quisesse discutir, em votação, foi aprovado por unanimidade. Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 10/2017 estima receita e fixa despesas da prefeitura municipal de Areia, para o exercício econômico, financeiro de 2018 e dá outras providências. Parecer em discussão, não houve quem quisesse discutir, em votação, foi aprovado por unanimidade. Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 10/2017 estima receita e fixa despesas da prefeitura municipal de Areia, para o exercício econômico, financeiro de 2018 e dá outras providências. Parecer em discussão. O vereador José Ronaldo disse que este trata da retirada do veículo. O vereador Luiz Francisco disse que trata-se do 60% novamente. Em seguida como não houve mais quem quisesse discutir o Parecer foi posto em votação e rejeitado com a ressalva por maioria dos votos. Votaram Contra o Parecer os vereadores: Jorge Eduardo Alves da Silva; João Paulo de Souza Macêdo; Ivano Cassimiro dos Santos; Nelma Carneiro Cavalcante; Luiz Francisco dos Santos Neto e João Carlos Ribeiro Silva. Votaram Favorável ao Parecer os vereadores: Vanilda Honório da Silva; José Ronaldo Maximino de

Souza; Francisco dos Santos Júnior e Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 11/2017 que altera o dispositivo da lei nº 706 de 17 de outubro de 2007, dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo alterando a nomenclatura da Secretaria de Serviço Social e dá outras providências. Parecer em discussão. Se pronunciou o vereador José Ronaldo disse que este projeto refere-se a 49 cargos na secretaria de ação social e no seu entender e ao observar o projeto, não viu em nenhum momento, algo inscrito, pedindo que os vereadores aprovelem tirando desta secretaria uma sexta básica, um remédio, ou qualquer valor em espécie para fazer uma doação a quem está precisando de um exame ou coisa desse tipo. Mas ver uma secretaria que solicita a aprovação de 49 cargos, e ainda dizem que a cidade é sofrida não tem dinheiro para abastecer as farmácias básicas, para colocar um médico no hospital e para fazer ampliações nos PSFs, mas aparece dinheiro para aumentar 49 cargos. Afirmou ter dado o parecer favorável, com uma emenda que o projeto permaneça da forma que já está. O vereador Luiz Francisco disse que este projeto chegou nesta Casa, houve algumas adequações que foram feitas de prontidão, onde jurídico da Casa se propôs em dá uma olhada no projeto, foi grifado os pontos que achavam controversos, e realmente havia erros no projeto e foi detectado, agradeceu a supervisão que Dr. Diogo fez no projeto, pois ele olhou com bons olhos com a intenção de ajudar, e como sempre diz sem interferir em nada, pois são os vereadores que irão decidir se irão aprovar ou não. Disse que esteve em uma reunião, na qual anotou atentamente, gravou como foi dito e levou os pontos que estavam soltos, fazendo o papel de intermediar com a prefeitura. Disse ter participado de uma reunião na qual o vereador Francisco dos Santos também estava presente, e o pessoal da secretaria que explicou o que estava acontecendo, também conversou com a secretária da ação social a Sra. Neta, que o informou que está é uma adequação que está

sendo feita e Areia tem que está dentro do plano até 2017 e se não aprovar essas adequações fica inviável da secretaria trabalhar em alguns pontos. Informou que na reunião foi dito que desses 49 cargos, 33 estavam ocupados, mas tinham feito um corte de três pessoas pois o gestor também tinha que adequar a situação da folha que está extrapolada, e se não adequada o gestor poderia pagar multa e responder por improbabilidade administrativa. Disse que esses 49 cargos ainda são pouco para manter esta secretaria e os programas do governo federal. Porém não se tem mais condições de contratar ninguém, pois tem que se adequar. Disse fazer parte da CNN, e está acontecendo a questão da educação, pois todos os municípios receberam um alerta que estão gastando do FUNDEB mais de 90%, e o tribunal de contas já notificou as cidades e será um gargalo grande pois terá que se adequar também. Informou que existe um programa novo que é o Melhor em Casa e ficaria inviável se não houve a previsão dos cargos dentro do quadro, pois se faz necessário ter uma previsão de cargos. Informou que em conversa com o jurídico, foi informado que até as contratações futuras serão regidas por normativas federais. A vereadora Ana Paula disse acreditar que inviável é o prefeito não ter atendido a um concurso que foi feito e não ter chamado todos os concursados para ocupar seus cargos. Pois quando o concurso foi realizado ele foi estudado pelo número de pessoas que a prefeitura poderia pagar. Disse ser inviável o nepotismo que está acontecendo dentro da prefeitura de parentes do prefeito estarem trabalhando na secretaria e dentro da prefeitura. Disse ser inviável um parente do prefeito está trabalhando dentro da secretaria de ação social onde esta mesma trabalha na cidade de Remígio e por obrigação, por lei deve cumprir as 40 horas semanais e no entanto, trabalha aqui. Disse não saber mais o que é certo e o que é errado, e sua cabeça está muito confusa. Disse ficar inviável entender que na gestão passada o cacete comia e nesta está todo mundo calado, disse que quem achar que a mesma

está mentindo é só procurar no SAGRES. Disse que no início da gestão passada foi cortado cargos de secretários adjuntos e nessa tem em todas as secretarias sem necessidade. Afirmou que inviável é quando se faz uma festa para adquirir objetos, produtos, remédios para o hospital, pois nunca viu isto, e achar que uma festa que vai arrecadar cinco ou dez mil vai dar sustentabilidade por quatro anos de governo. Disse que inviável é encher a folha de pagamento e faltar antibiótico no hospital, assim como faltar médico. Aí vem um projeto deste para criar mais 49 cargos, pois não sabe onde vão colocar tanta gente. Disse ser um ato de irresponsabilidade desta Casa aprovar algo deste tipo, já que a crise está tão feia em nossa Brasil e não é diferente em nossa cidade. Isso sim acha inviável. O vereador Francisco dos Santos disse ter feito parte da reunião, onde escutou algumas conversas, as quais algumas o convenceu e outras não. Disse que tem coisas que quando estamos do lado da bancada fica viável, quando não está não é viável. Questionou quantas pessoas faltam serem chamadas no concurso e estão à espera? E agora estão criando 49 vagas. Disse ter entendido que 30 é para adequação, mas ficam 19 vagas para ser ocupadas. Afirmou que não venham com esta conversa que o concurso teve fraude, pois não teve denúncia e não está defendendo o concurso A nem B, pois não é bancada de ninguém e o que lasca esse país, pediu desculpas pela expressão é o povo da bancada. Pois muito é aliado por bancada e não pelo voto popular, e só falam em democracia quando estão em palanques no meio da rua ou na casa do povo, dizendo que irá lutar pelos direitos do povo e quando chega já era. Disse que em conversa com um jurista o mesmo disse que a presidenta Dilma saiu por que fez pedalada fiscal, desobedeceu ao orçamento democrático. Porém não foi por isso, ela foi tirada do poder porque a bancada já não estava recebendo o suficiente para segurar ela ali, pois todos que estão lá faz, esse que está agora é o pior que tem, mas a bancada é do lado dele. Disse ser contra este projeto com esta



quantidade de empregos embora que a bancada vença, mas sua opinião ninguém tira, pois está para representar a população. Questionou por que não ocupar as vagas com os que foram aprovados no concurso que estão aguardando. Disse ser esta sua opinião e ninguém tira e não está à venda. Informou não está fazendo campanha pois não é mais candidato a vereador. O Sr. Presidente disse que este projeto não trata de uma seletiva de contratação. Disse dar sua opinião, pois só vota se der empate, mas entende desta forma. Disse esperar que essas outras vagas não venham a ser distribuídas a quem votou a favor, pois muitas das vezes se coloca um projeto para beneficiar o voto. E espera que o gestor com a qualidade que tem mostrado que tudo é pela lei que não use este projeto para beneficiar quem votou favorável. Disse ter secretários que mandam recados por WhatsApp chamando vereadores para visitar as ruas e disse chamar só quem é do cordão e espera que cada um use da consciência. Afirmou que todos os cidadãos que procuram o prefeito em busca de um apoio ou de um carro, tem recebido como resposta que não tem e não pode e esta Casa é testemunha. Relatou que esteve junto com o vereador Francisco dos Santos e José Ronaldo no Tribunal de Contas para pedir uma explicação e saíram de lá decepcionado, pois o Tribunal de Contas disse que iria intimar o presidente e se o mesmo não entrar em parceria ou em diálogo com o prefeito irá lê canetar com prevaricação e já foi notificado. E ainda afirmou “o Sr. Não é cria do prefeito”. Relatou que uma senhora chegou nesta Casa, dizendo que sua filha tinha recebido alta no hospital de Queimadas e estava aguardando, pois foi pedir um transporte e mandaram esperar para o outro dia. Afirmou que essas coisas não têm como esperar. O vereador José Ronaldo disse que uma das secretarias mais estruturadas, é a de ação social, que é para fazer o social, e não dá emprego, pois tem certeza que nenhum dos seus familiares, nem familiares de alguns vereadores terão direito de preencher uma vaga dessa. Relatou que escutou nesta Casa Dr. Gustavo

falando do concurso e disse que o mesmo estava em andamento com problemas na justiça, mas não teve conhecimento de problemas na justiça. Disse achar um absurdo 19 cargos para um município que pede doação, onde recentemente o Sr. Prefeito estava no rádio pedindo que a população comparecesse a festa beneficente em prol do hospital, mas já se passaram um tempo e nenhum vereador recebeu um a documentação informando o quanto foi arrecadado para que se gaste no hospital. Questionou se o vereador tem conhecimento. Disse não ver nenhum projeto para que a secretaria de ação social pague um médico no hospital, ou que paguem uma cirurgia para uma mãe de família que não pode pagar, ou uma mãe de família que passe necessidade seja incluída na ação social. A vereadora Vanilda disse que ao analisar o projeto, pediu para ficar os 26 cargos, com mais alguns contratados que dá um total de 30. Pois só se ver falar que não tem dinheiro para medicação, para aumentar a cota de exame no hospital, para arrumar as estradas que estão um desastre pois só quem sabe é quem anda na zona rural, não tem dinheiro para repor a iluminação pública, para colocar água suficiente para o povo, para pagar os ACF dentro do mês e os funcionários de PSF, mas tem para aumentar 49 cargos. O vereador Luiz Francisco disse participar da bancada do prefeito, se eleger com ele, e o amanhã a Deus pertence, mas está presente para dizer sim ou não, pois já votou contraria a projetos do prefeito, e quando achar que é não é não. Disse ter participado de algumas reuniões, procurou a secretaria de ação social que informou que era para se adequar a legislação federal. Disse que a necessidade de se abrir este leque é por que o governo federal todos os anos criaprogramas federais que precisam de gente para dar continuidade. Disse que se está ferindo um concurso público que está em vigor, cabe a quem está tendo sua vaga usurpada entra na justiça, mas até onde sabe, pois, sua esposa participou de um processo seletivo e a maioria dos programas federais não trabalham com concurso público, pois não são

permanentes assim como o bolsa família, pois se este programa acabar o pessoal que trabalha fica desempregado. Informou que a maioria são pessoas técnicas e o concurso público em vigência não se adequa aqui. Entretanto tem auxiliar administrativo e auxiliar de assistente social, e quem fez o concurso para este cargo e achar que estão usurpando seu lugar é só entrar na justiça, para ter seu direito adquirido. Porém isto é uma adequação. Inclusive com o salário inferior ao piso nacional. Disse ser favorável ao projeto pois não ver criação de cargo e sim um aumento do quantitativo para que se adequem. Informou que neste se acrescenta, supervisor do criança feliz, facilitador do criança feliz, um programa que é realizado em um trabalho árduo, e muito estressante, porém tem que ser feito pois o governo federal exige. O vereador Francisco dos Santos disse que interessante é que o governo abre um leque, um espaço para se criar novas vagas de emprego enquanto as verbas que vem e os recursos são diminuídos. Questionou se o que prevalece é colocar fulano na ação social onde alguém vai atrás de um transporte e não tem por que a verba do governo federal foi cortada ou diminuída. Disse não entender como se diminui a verba e aumenta cargos, isto é contraditório. E se tiver alguém concursado prejudicado porque tem alguém no seu lugar que entrou na justiça. Disse querer aprovar um projeto para aumentar verba, onde a secretaria der mais assistência a população, pois já viu pessoas terem alta em hospital e não ter o transporte para ir buscar, pois já foi gente em sua casa, foram até o hospital e a secretária falou que não podia fazer nada, pois as ambulâncias só podem ir levar. Disse que em relação ao tribunal de contas, em seu entendimento que é leigo, achava que o Tribunal de Contas era para auxiliar o legislativo na fiscalização do executivo, mas o que viu foi diferente. Disse ter visto uma frase que diz a política mata mais do que a guerra, pois a guerra só mata uma vez e a política mata todo dia. Afirmou ter saído de lá morto e se não tivesse compromisso com o povo teria

renunciado, pois isto não é política. É a mesma coisa quando vamos atrás de um juiz para resolver uma causa já ganha e o juiz diz não poder fazer nada por que a causa é contra fulano, você volta para casa morto, pois é humilhante a situação que vemos no país da gente, onde os governos federais colocam verbas, emendas dinheiro com força e nas secretarias não chegam. A vereadora Ana Paula disse que é de rir com tamanha palhaçada. Disse ver que poucos fazem barulho em favor de muitos que estão sendo humilhado por esta administração, principalmente a classe pobre que está sendo massacrada por falta de assistência. Disse que ao escutar uma fala desta do tribunal de contas se pergunta o que molenga está fazendo aqui nesta Casa. Fazendo papel de palhaça? Pois foi dito que alguns secretários chamam alguns vereadores para ir olhar colocando lâmpada nos postes, para aparecer como se fosse o autor da obra e questionou qual a necessidade de uma coisa dessa e o prefeito vai para um programa de rádio e diz que os vereadores são insignificantes enfim, disse estar envergonhada por esta sentada nesta cadeira. Disse não ser sombra de ninguém, pois tem identidade própria e fala o que pensa o quer, ver e acha. Relatou que uma pessoa que passou no concurso teve que entrar na justiça para assumir seu cargo, e ganhou, foi chamada e chegando na secretaria de educação pois foi aprovada para merendeira, a secretária a humilhou e disse mostrar que ela não assumia o concurso e se assumi não ia para secretaria de educação e se a cidadã não tivesse ido com o advogado teria levado peia, pois queriam tirar ela da escola e colocar no hospital. Disse ver um projeto desse que cabe muito bem a concursados que passaram e os mesmo tem que ir para justiça por que existe uma pirraça, um abuso de poder, assédio moral e tem que calar a boca por que está sendo beneficiada pelo prefeito. Disse se envergonhar pois não sabe onde está a ética e a moral desse povo. A vereadora Nelma disse ter ouvido de um colega a frase. “Existem palavras que ferem mais do que punhais”, disse deixar claro que são livres para

analisar um projeto e votar a favor ou contra, não precisa ser oposição ou situação. Nesta Casa já aconteceu momento que ficou decepcionada, onde contas de gestores passados passaram por aqui e foram citadas várias pedaladas, e o tribunal de contas aprovou como se passasse a mão em uma criança e dissesse, vá e não peque mais, mas passou por essa Casa e foi aprovado. Naquela oportunidade não teve a ousadia de usar o microfone e dizer algo aos colegas vereadores que votaram a favor. Mas voltou para casa triste, angustiada e decepcionada com o que ouvia naquela oportunidade. Disse a todos os presentes que é livre para votar no projeto que acha, pois ler, analisa e em sua concepção tem que votar contra ou a favor, pois não precisa ficar humilhada ou ficar com vergonha pois é livre. E no momento que achar que deve votar a favor vota um sim de cabeça erguida. Disse que quando vota em um projeto não é porque irá ganhar emprego não! E quando visita uma área que será calçada é porque reivindicou através desta Casa, e foi aprovada por unanimidade pelos colegas vereadores os quais neste momento agradece. Disse não se sentir triste nem com vergonha por algumas indagações que foram feitas aqui, por ser situação ou da bancada, pois é livre assim como todos. Disse acreditar que a democracia ainda existe. O vereador Ivano Cassimiro disse se irmanar com as palavras da vereadora Nelma. Disse ter ficado triste a respeito da bancada, pois é livre para votar da forma que entender, pois está votando não por favor, nem por ter sido comprado como alguns deputados. E em relação a algumas ruas que visitou, quando o gestor o convidou e foi visitar com o vereador Francisco dos Santos, sendo bancada ou não, se for para o bem da população está dentro. O Sr. Presidente disse que as vezes as pessoas exercem uma função e acham que tem um poder maior, que a pior coisa que tem é o babão por que toma decisões, acha que faz certo e atrapalha. Disse ser esta uma sessão olho a olho e é deste debate que a Câmara precisa, pois está havendo democracia e transparência. Disse ficar

triste ao ver em seu bairro a falta da coleta de lixo, matos e não poder fazer nada, apesar de já ter sido atendido. O vereador Francisco dos Santos disse não ser bancada do prefeito, mas sempre que é convidado a visitar ou colocar um projeto como o que deu entrada nesta Casa e será discutido hoje, se for para o bem da população será favorável. Disse já ter recebido um projeto que retirava direito do povo e foi contra e nunca chegou aqui para colocar, mesmo tendo sido informado que teria aval e voto para ser aprovado. Disse não votar neste projeto por que é muito emprego e pouco recursos. Em seguida o Parecer foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 11/2017 que altera o dispositivo da lei nº 706 de 17 de outubro de 2007, dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo alterando a nomenclatura da secretaria de serviço social e dá outras providências. Parecer em discussão não houve quem quisesse discutir, em votação foi rejeitado com a ressalva. Votaram Contra o Parecer os vereadores: Jorge Eduardo Alves da Silva; João Paulo de Souza Macêdo; Ivano Cassimiro dos Santos; Nelma Carneiro Cavalcante; Luiz Francisco dos Santos Neto e João Carlos Ribeiro Silva. Votaram Favorável ao Parecer os vereadores: Vanilda Honório da Silva; José Ronaldo Maximino de Souza; Francisco dos Santos Júnior e Ana Paula Gomes Pereira Gonzaga. Parecer Favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 12/2017 dispõe sobre o sistema único de assistência social do município de Areia e dá outras providências. Parecer em discussão se pronunciou a vereadora Vanilda Honório, disse que o assessor jurídico afirmou que o parecer só pode entrar em discussão e aprovação após o projeto de nº 11 ser aprovado. Dr. Diogo informou que só após a existência da secretaria de assistência social é que o projeto poderia ser discutido e aprovado. Pois não existe ainda esta secretaria e o que já foi aprovado foi o parecer e na sessão seguinte após aprovado a lei anterior nº 11 que modifica a denominação é

que o projeto pode tramitar. Ofício nº 426/2017 encaminhando a esta Casa o Projeto de Lei nº 17/2017 o qual dispõe sobre abertura de crédito especial no orçamento do exercício 2017 acompanhado da respectiva justificativa para análise, votação e aprovação por parte dos membros que constitui esta Casa Legislativa. O Sr. Presidente informou que por orientação de Dr. Diogo este projeto tem que ser devolvido, pois é contraditório. O que diz na parte principal contradiz na justificativa e tem que ser detalhado de onde vem este recurso de crédito especial. Afirmou que a mesa irá devolver este projeto. Dando sequência a sessão foi feita a leitura da Ordem do Dia. Requerimento nº 12/2017 de autoria do vereador João Carlos Ribeiro Silva, solicitando transformar o antigo posto telefônico de Chã da Pia em uma biblioteca setorial. Requerimento em discussão, não houve quem quisesse discutir, em votação foi aprovado por unanimidade. Requerimento nº 11/2017 de autoria do vereador João Carlos Ribeiro Silva, solicitando transformação do antigo matadouro público em uma garagem municipal. Requerimento em discussão, não houve quem quisesse discutir, em votação foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 08/2017 que dispõe sobre obrigatoriedade do concerto dos buracos e valas abertas das vias e passeios públicos e dá outras providências em terceira discussão e votação. Se pronunciou o vereador Francisco dos Santos disse que este projeto veio do prefeito e do jurista do executivo, que pediram para que o mesmo apresentasse, um excelente projeto. Disse que irá fazer um requerimento solicitando que a população quando fizer construção e jogar as metralhas no meio da rua que se responsabilize para tirar. Em seguida como não houve, mas quem quisesse discutir, o projeto foi posto em votação foi aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 14/2017 que dispõe sobre a denominação da rua projetada localizada no distrito de Cepilho em homenagem ao Sr. José Quinino em terceira discussão e votação. Como não houve quem quisesse discutir, o projeto foi posto em votação e

aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 16/2017 que dispõe sobre a denominação da rua projetada localizada no distrito de Cepilho em homenagem a Sra. Severina Aves Carneiro em terceira discussão. Como não houve quem quisesse discutir, o projeto foi posto em votação e aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 11/2017 altera os dispositivos da lei nº 826 de 23 de fevereiro de 2013 e dá lei nº 706 de 17 de outubro de 2007, que dispõe sobre a estrutura administrativa do poder executivo alterando a nomenclatura da secretaria de serviço social e dá outras providências em primeira discussão. Não houve quem quisesse discutir. Projeto de Lei nº 08/2017 altera os anexos da LDO para o exercício de 2018 e adota outras providências em primeira discussão. Não houve quem quisesse discutir. Projeto de Lei nº 09/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos do município de Areia para o período de 2018 - 2021 e dá outras providências em primeira discussão. Não houve quem quisesse discutir. Projeto de Lei Orçamentaria nº 10/2017 estima receita e fixa despesas da prefeitura municipal de Areia, para o exercício econômico, financeiro de 2018 e dá outras providências em primeira discussão. Não houve quem quisesse discutir. Dando sequência a sessão teve início os Oradores inscritos. Se pronunciou a vereadora Nelma relatou que o tempo passa rápido, e num piscar de máquina estamos chegando ao término do ano de 2017 e conseqüentemente das Sessões Ordinárias, o seu 2º período de sessões, onde esta Casa se reuniu no 1º período e no 2º período de sessões ordinárias durante todo ano. Analisaram, debateram, concordaram e discordaram matérias advinda do executivo e legislativo. Sempre focados no bem coletivo isto é muito bom. Informou que existiu momentos de apreensões, dúvidas, mas jamais poderiam esquecer do apoio dos esclarecimentos do jurídico desta Casa que sempre esteve ao dispor orientando sempre que procurado. Agradeceu ao contador desta Casa sempre disposto a responder as indagações e isto é muito positivo.



Afirmou que o Sr. Presidente com sua forma peculiar de administrar esta Casa sempre em sintonia com todos os vereadores, dialogando na medida do possível com todos mesmo sabendo que as decisões são evidentemente suas. Afirmou ter convicção do seu dever cumprido, mesmo diante das adversidades da caminhada política que não é fácil, pois fez seu papel de legisladora que é fiscalizar, reivindicar, solicitar, tanto ao executivo quando o legislativo. Informou ter emitido vários ofícios para as secretarias e outras repartições públicas isto a tranquiliza. Afirmou que 2017 foi um ano difícil para todos os Brasileiros, mesmo assim prefere manter sua fé inabalável e a esperança sempre presente na sua vida. Afirmou que o Natal se aproxima e comemoramos o nascimento do Salvador do mundo, e que a chegada desta criança, Poder maior, Poder soberano nos fortaleça e nos envolva de muita paz, luz nas nossas vidas e na vida de nossos familiares e que o ano de 2018 seja repleto de realizações que as portas das oportunidades se abram para que possamos realizarmos um trabalho positivo em prol dos nossos munícipes. Desejou a todos um feliz natal e um 2018 repleto de luz nas nossas vidas. Informou que seria bom se no término do recesso ao voltarmos para esta Casa em 2018 encontrássemos a Câmara com um novo aspecto. Disse se preocupar com o que não ver, apenas foi informada através deste laudo. Informou que a nossa vida é o nosso bem maior e o que este laudo no informa é um grande risco de vida que estamos correndo. Questionou se o Sr. Presidente tem o orçamento do valor que seria gasto na reforma do teto? Sugeriu se o Sr. Presidente não poderia comprar o material e guardar para que se possa fazer a reforma para o ano vindouro? Questionou se a empresa que fez o laudo lhes repassou o Orçamento do material? Em seguida fez a leitura do laudo para que todos tenham conhecimento do risco que estamos correndo. Questionou se está Casa tem tomado providências. E se na volta do recesso irá encontra esta Casa feita reforma no teto. O Sr. Presidente disse que esta informação que a

vereadora leu, foi do setor de engenharia de um grande profissional de Alagoa Grande. E quando levaram ao conhecimento do IPHAN o mesmo resolveu vim em loco com a engenheira a qual subiu na área e fez um novo laudo e disse que o presidente não poderia tomar nenhuma decisão enquanto não saísse o laudo do IPHAN. A engenheira disse que não será necessário trocar a quantidade de peças que esta discriminada no outro laudo, e se prontificou a está presente durante toda a troca do material. Afirmou que o secretário desta Casa todas as terças feira vai no IPHAN pedir que apreze este laudo. Questionou se algum vereador deseja ir com ele no IPHAN em João Pessoa, pois também tem se preocupado. A vereadora Nelma disse ficar preocupada pois após o recesso quando retornarem com as sessões ordinárias se aproxima o inverno e aumenta o risco, e que também seja feita a instalação elétrica. O Sr. Presidente disse que irá solicitar autorização para poder comprar ao menos o material. A vereadora Nelma finalizou agradeceu ao gestor de nossa cidade porque o mesmo se sensibilizou, pois emitiu requerimentos foi aprovado, agradeceu a todos os vereadores, e o gestor mandou o projeto para esta Casa referente a denominação de rua Severina Alves Carneiro localizada no distrito de Cepilho e rua José Quinino. Em seguida se pronunciou o vereador José Ronaldo disse estarem encerando mais um ano e os trabalhos desta Casa tem sido conduzido de forma transparente. Relatou que no início desta legislatura nesta Casa dava início a uma abertura de CPI, para constatar suposta irregularidade em uma compra de medicamento no mês de dezembro e sua preocupação é por que faz parte desta comissão junto com a vereadora Vanilda, e alguns vereadores que foram convidados a fazer parte renunciaram por forma de ofício. Disse que esta CPI causou na sociedade alguns questionamentos e que ainda não foi obtida respostas e a sociedade merece sim uma resposta. Questionou ao Sr. Presidente se o mesmo já indicou um outro membro para compor a CPI? Parabenizou Dr.

Diogo que sempre tem dado uma contribuição para com os vereadores e atual administração, quando se chega nesta Casa um projeto de Lei e não pode ser aprovado da forma que chega e o jurista alerta e orienta. Disse que em relação a alguns secretários que convidarem alguns vereadores para fazer visitas nas ruas ou em localidades que tem interesse de fazer algo, disse que não foi nem será convidado, porém fica feliz. E que gostaria que convidasse os vereadores para ir ao bairro da Jussara e no Conjunto Padre Maia, pois lá tem bastante coisas para se fazer. Relatou que em relação as escadarias da Jussara o Sr. Prefeito disse em rádio na sua presença que iria arrancar e fazer calçamento e o vereador não ter pretensão em fazer política em cima disso, mas deseja que o gestor der andamento aos requerimentos. Disse que a vereadora Nelma tem um requerimento para aquelas escadarias. Disse que costuma ir à feira e viu que colocaram algumas árvores abaixo e não se sabe se foi solicitado por parte do IBAMA, pois no sábado via muita mãe de família, e crianças que ficavam esperando seus transportes em baixo de árvores daquelas que faziam sombra. Disse que costumamos colocar uma casa abaixo quando vamos construir outra. Entretanto não viu nenhuma licitação por parte da obra que foi citada no rádio que iria da início naquele local. Fim da matéria e não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, autorizando o primeiro Secretário a fazer a lavratura da presente ata que depois de lida, discutida e aprovada, vai devidamente datada e assinada.